

A HISTÓRIA ÚNICA SOBRE A LÍNGUA DE SINAIS: CAMINHOS OUTROS PARA SE PENSAR A LIBRAS

THE UNIQUE STORY ABOUT SIGN LANGUAGE: OTHER WAYS TO THINK ABOUT LIBRAS

SHEILA FAÚLA MUNIZ AREIAS DE OLIVEIRA
Instituto Federal do Espírito Santo
sheila.muniz@ifes.edu.br

Resumo: O artigo aborda criticamente a "história única" sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), conceito inspirado na obra de Chimamanda Ngozi Adichie. Destaca-se como a Libras tem sido erroneamente reduzida ao alfabeto manual e à mímica e entendida como língua universal, desconsiderando sua complexa estrutura linguística e a riqueza cultural das comunidades surdas. A metodologia inclui a análise crítica de conceitos difundidos sobre a Libras, com o objetivo de desmistificar essas ideias e propor uma visão mais abrangente. Os principais resultados evidenciam a necessidade de expandir a compreensão sobre a Libras e fortalecer os direitos linguísticos dos surdos, promovendo práticas inclusivas em diversas áreas, além da educação.

Palavras-chave: Libras. Surdos. Língua. Mitos.

Abstract: The article critically addresses the "single story" about the Brazilian Sign Language (Libras), a concept inspired by the work of Chimamanda Ngozi Adichie. It highlights how Libras has been erroneously reduced to the manual alphabet and mime and understood as a universal language, disregarding its complex linguistic structure and the cultural richness of deaf communities. The methodology includes a critical analysis of widespread concepts about Libras, with the aim of demystifying these ideas and proposing a more comprehensive vision. The main results highlight the need to expand understanding of Libras and strengthen the linguistic rights of deaf people, promoting inclusive practices in various areas, in addition to education.

Keywords: Libras. Deaf people. Language. Myths.

1 O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019), em sua obra "O perigo de uma história única"¹⁶ compartilha, por meio das suas experiências, que conhecer e difundir a perspectiva única sobre pessoas limita a potencialidade dos envolvidos.

¹⁶ A Obra é uma adaptação da conferência TED Talk, disponibilizada no Brasil em formato impresso a partir de 2018. Para acesso a Conferência em formato de vídeo, o arquivo é disponibilizado com a transcrição na página <https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>

A autora problematiza como a narrativa restrita e estereotipada difundida sobre a África a coloca em uma posição de inferioridade como se seu local de origem não possibilitasse nada além de tristeza, pobreza e guerras. Ao relatar sua experiência no contato com a colega de quarto da universidade, Adichie (2019) é questionada sobre como aprendeu o inglês tão fluentemente.

Sua companheira de quarto indicou que não conhecia o país da autora, visto que o inglês é uma das línguas oficiais da Nigéria. Além disso, ela se espanta ao perceber que Adichie conhece e tem proximidade com as músicas de cantores americanos e não se restringe a apenas músicas tribais.

Minha colega de quarto tinha uma história única da África: uma história única de catástrofe. Naquela história única não havia possibilidade de africanos serem parecidos com ela de nenhuma maneira; não havia possibilidade de qualquer sentimento mais complexo que pena; não havia possibilidade de uma conexão entre dois seres humanos iguais (ADICHIE, 2019, p. 9).

A história única da companheira de quarto colocou os africanos em um “lugar” criado por meio de narrativas restritas que reduzem a possibilidade de relações potentes a partir das diferenças. Nestas narrativas “não havia possibilidade de qualquer sentimento mais complexo que pena”, o sentimento que invisibiliza, de fato, as pessoas a partir de uma única história, favorecendo a manutenção das falas estereotipadas.

A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Torna difícil o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos (ADICHIE, 2019, p. 14).

Portanto, há o perigo de termos acesso à história única sobre tudo, mais ainda quando nos referimos a humanos. Neste caso, a dignidade dessas pessoas se fragiliza quando, por meio de narrativas reducionistas, o seu potencial não é reconhecido e um espaço limitado e inferior é “criado” para ela.

Diante do considerado, podemos refletir que é muito provável que tenhamos acesso a apenas a história única sobre muitas pessoas, comunidades e culturas. E isso pode ocorrer por circular com maior destaque narrativas que favoreçam esses conceitos.

Adichie (2019) reflete que durante anos leu os livros infantis bem difundidos, os britânicos e os americanos. Com o tempo começou a escrever sobre seus personagens apresentando as mesmas características dos livros infantis britânicos e americanos. A transformação ocorreu quando ela é apresentada aos escritores nigerianos. Neste momento, sua percepção de literatura mudou.

Eu amava aqueles livros americanos e britânicos que lia. Eles despertaram minha imaginação. Abriram mundos novos para mim, mas a consequência não prevista foi que eu não sabia que pessoas iguais a mim podiam existir na literatura. O que a descoberta de escritores africanos fez por mim foi isto: salvou-me de ter uma história única sobre o que são os livros. (ADICHIE, 2019, p. 8)

É possível que precisemos repensar a necessidade de abrir novos mundos para buscar a compreensão sobre as pessoas que não se baseiam em alguma história única. Neste sentido, podemos nos perguntar: qual a história única sobre a libras? O que acha de aceitar nosso convite e caminhar conosco para novas possibilidades de compreensão sobre essa língua?

2 CONTEXTUALIZANDO A LIBRAS

A língua brasileira de sinais – libras foi reconhecida há vinte e dois anos. O reconhecimento desta língua por meio da Lei 10.436 de 2002 tornou-se uma grande conquista para as comunidades surdas brasileiras diante das suas diferenças linguística, social e cultural.

O reconhecimento tornou possível que políticas públicas voltadas para as especificidades do público falante da libras fossem elaboradas e ampliadas, visando a acessibilidade linguística e o respeito às diferenças inerentes aos falantes de uma língua de modalidade visuoespacial.

Nota-se um avanço na área da língua de sinais no Brasil quando se trata de ensino, uso e da tradução e interpretação da libras. Mas não podemos deixar de destacar que muito ainda é necessário para que as ações, projetos e encaminhamentos referentes a acessibilidade linguística não se restrinjam a algumas áreas, atividades ou períodos impedindo que a comunidade surda seja contemplada em todos os espaços, processos e contextos em que a língua portuguesa se faz presente, mas não a libras.

A decisão de criar, adequar e expandir a acessibilidade linguística com práticas inclusivas precisa ser conduzida de modo a não restringir as pessoas surdas a espaços e períodos, desconsiderando que são sujeitos com direitos que precisam ser contemplados em sua totalidade.

Um avanço considerável dentro desses vinte e dois anos da Lei de libras é de que o seu reconhecimento começa a se deslocar de algo visto como aparentemente exótico, diante da sua diferença de organização, para algo que desperta curiosidade em pessoas de várias áreas, não se concentrando apenas na educação, tradução e interpretação. Isso se dá diante do aumento da visibilidade que a língua passou a ter nos últimos anos. Gesser (2009), considera que:

[...] vivemos em um momento propício e ímpar, já que muitas conquistas foram alcançadas: a oficialização da LIBRAS, o direito do surdo de ter intérprete nas universidades, a obrigatoriedade de formação nas áreas de licenciaturas no ensino superior para surdos, a inclusão da LIBRAS em alguns currículos [...] sem dúvida, o momento é do surdo e para o surdo (GESSER, 2009, p. 78).

Pessoas surdas acessam espaços que não se concentram na educação, mas expande para a cultura, economia, comunicação, gestão de projetos, política entre outros contextos mobilizando outras pessoas a enxergarem as comunidades surdas, sua diferença linguística e suas especificidades diante da experiência de serem falantes de uma língua visual espacial, diferente da modalidade de comunicação oral e auditiva presente na maioria dos falantes da língua portuguesa.

Ao mesmo tempo que é interessante analisarmos o avanço do tema “libras” em outros contextos, se torna ainda mais evidente a necessidade de fortalecer e embasar as discussões que tratam deste tema em espaços que historicamente essas discussões estiveram mais presentes ao longo do tempo: o contexto educacional. Essas discussões contribuem para o aprofundamento dos temas em outras áreas também.

A chegada de estudantes e servidores surdos nas instituições de ensino mobilizam discussões, problematizações e encaminhamentos que atravessam todos os setores e áreas da comunidade

escolar. Aprofundar o diálogo sobre os direitos linguísticos deste grupo se torna essencial para que a acessibilidade linguística e as práticas inclusivas não se restrinjam aos profissionais que tenham fluência em libras. Mas, que outras pessoas sejam mobilizadas a compreender o diferente e a se tornarem participantes dos movimentos que procuram deslocar os falantes da libras de uma condição de estranhos, para a posição de pessoas que fazem parte do mesmo espaço que os demais não surdos.

Esse foi o objetivo ao inserir na programação do IV Encontro dos Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), organizado e promovido pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), em 2023, a oficina “Conhecimento introdutório da libras e as possibilidades no atendimento ao estudante surdo”. No diálogo com os participantes, foi possível desmistificar alguns mitos sobre a libras, as comunidades surdas, o processo de tradução e interpretação entre outras problematizações que motivaram a escrita deste capítulo.

O objetivo é apresentar outros caminhos para reflexões para os que desejam aprofundar suas compreensões sobre a libras, de modo a não serem conduzidos por meio de uma história única sobre a língua de sinais e contribuir para que os direitos linguísticos das comunidades falantes desta língua sejam respeitados.

3 DESMISTIFICANDO A HISTÓRIA ÚNICA SOBRE A LIBRAS

É muito comum ao falarmos da libras, as pessoas associarem rapidamente ao alfabeto manual. Era habitual há um tempo, a venda de cartões com o alfabeto manual em pontos de circulação de pessoas. Com o uso da internet, a visualização deste alfabeto em formato digital, por meio de vídeos, por exemplo, expandiu. Mas, seria esse alfabeto feito com as mãos, a libras?

Não. É comum as pessoas ficarem impressionadas com essa resposta, visto que acreditam, como a maioria, que o alfabeto manual é libras mesmo sendo a representação das letras da língua

portuguesa. Entretanto, não é língua brasileira de sinais. Ele surge na sinalização apenas nas representações das palavras em português, sendo na maioria das vezes para dizer os nomes próprios e/ou de lugares (GESSER, 2009, p. 28).

A difusão desta compreensão faz com que fique preso ao imaginário das pessoas de que saber apenas o alfabeto manual torna uma pessoa fluente em libras. Ou que a libras se restrinja a pessoa só sinalizar as letras das palavras em português, como se o diálogo dependesse apenas das letras que fazem parte dos fonemas de uma língua oral. Será que isso ocorre na estrutura de outra língua?

Não estamos falando de empréstimos linguísticos ou estrangeirismo, naturalmente presentes nas línguas, inclusive na libras. Estamos destacando o mito muito difundido de que a libras é apenas o alfabeto manual, ou seja, de que a representação de uma língua oral é libras. Da mesma forma, que as línguas que se estruturam de forma independente umas das outras, o mesmo ocorre na organização entre a libras e a língua portuguesa (GESSER, 2009, p. 30).

Diante da modalidade visual e espacial e não oral e auditiva, a libras se organiza por meio de sinais que não são palavras e sim ideias (sentidos). Por exemplo, enquanto na língua portuguesa temos várias palavras para denominar *casa* como lar, moradia, residência, habitação, teto entre outras, em libras um sinal representa o sentido por completo. O sinal é formado pela mão aberta, com os dedos juntos, cada uma com a palma virada uma de frente para a outra, tocando as pontas dos dedos, formando como se fosse um “telhado de uma casa”.

Ao considerarmos a questão de o alfabeto manual não ser libras, mas ser difundido como tal evidencia a falta de reconhecimento que se tem sobre a libras ser de fato uma língua. Essa concepção fragiliza a compreensão que se tem sobre ela, a coloca subjugada às línguas orais como algo limitado e torna seus falantes também nessa mesma linha.

Ao desmistificar esse entendimento equivocado sobre o alfabeto manual e a libras, torna-se

possível que as ações no atendimento a pessoa surda não se restrinja a colocar o alfabeto feito com as mãos nos murais, placas, formulários e posteriormente, nomear o atendimento como uma prática bilíngue. Para que o atendimento seja efetivamente considerado bilíngue é necessário que a libras faça parte como um todo na dinâmica do atendimento quando, tanto o que atende e o que é atendido possam dialogar. Portanto, o alfabeto manual não é libras.

E a mímica, tem relação com a libras? Seria uma relação adequada? De forma alguma. Ao realizar uma mímica para expressar pensamentos e emoções, usa-se o corpo, expressões, gestos e movimentos que não possuem uma ordem definida de estrutura. Entretanto, o uso da mímica não anula a existência das línguas orais. Ou seja, mesmo que a mímica seja utilizada em alguma comunicação, ela ainda é limitada por não ter uma estrutura gramatical e parâmetros linguísticos. Por exemplo, ao fazer a mímica de uma galinha ciscando, a maioria das pessoas utilizam os braços para indicar as asas da galinha e os pés arrastando para trás, indicando que está ciscando. Ou seja, usa-se o corpo todo para fazer essa mímica.

A mesma ideia em libras seria totalmente diferente, porque utiliza-se o sinal que representa a ave, as configurações de mãos que representam as patas e o movimento da galinha ciscando. Isso tudo utilizando o espaço de sinalização que não necessita de usar os pés do sinalizador. Ou seja, existem regras de sinalização da libras que não aparecem nas mímicas. Inclusive tornando-a impossibilitada de apresentar temas abstratos, o que na libras o processo flui normalmente, visto que estamos falando de uma língua e não de formas aleatórias de se expressar.

Interessante que não é comum dizermos que a língua falada por alguma comunidade, povo ou nação se resume a “mímica”. Por qual motivo essa relação é feita com a libras? É pelo olhar estereotipado de que as pessoas surdas, por não falarem uma língua oral da mesma forma que as demais, não falam nenhuma língua, e, portanto, a língua de sinais não é mímica.

Inclusive isso está relacionado há como a língua é nomeada erroneamente como “linguagem de sinais” ou “linguagem brasileira de sinais”, quando o adequado nas ocorrências é a língua.

Lembra-se que não dizemos linguagem portuguesa, ou linguagem inglesa, ou linguagem espanhola. Sempre nos referimos como línguas. A linguagem é a forma de comunicação em que a língua faz parte não ao contrário. Portanto, a libras não é o alfabeto manual, não é mímica, não é linguagem. Então, qual é sua estrutura? Como ela se organiza?

A estrutura da libras está organizada por parâmetros que estruturam cada sinal. Mas, antes de nos aprofundarmos sobre os parâmetros é importante destacar que libras não é palavra e sim ideias. Ou seja, não existe um sinal para cada palavra que você pensa em língua portuguesa (lembrando que a libras não está subordinada ao português). Ao contrário, são sinais para cada sentido, para cada ideia. Por isso, podemos retomar ao sinal que representa *moradia, residência, casa, habitação*. É um sinal que representa a ideia, enquanto em que outra língua, no caso, o português, usam-se várias palavras.

Retornando aos parâmetros da libras. Ao todo são cinco e cada um complementa o outro na realização dos sinais. Estão organizados em: Configuração de Mãos, Ponto de Articulação ou Localização, Direção da Palma da Mão ou Direcionalidade, Movimento e Expressão não-manual ou Expressões faciais. Apresentaremos cada um.

A *configuração de mão* tem relação com a forma que nossa mão precisa estar para o fazer o sinal. Por exemplo, se todos os dedos estiverem fechados ou abertos, se apenas alguns dedos levantados, se o dedo indicador estará curvado, se deverá ser com a palma da mão e assim sucessivamente. São mais de 60 configurações de mãos que fazem parte desse parâmetro.

O *ponto de articulação* ou *localização* significa o local em que o sinal será realizado. Não é em um local onde o sinalizador (a pessoa que está falando a libras) achar ser o “melhor”. Ao contrário, na estrutura da libras, a localização do sinal já está definida. Essa localização pode ser na região da cabeça, nas mãos, nos braços, no tronco, na cintura e ainda no espaço à frente do corpo do sinalizante (PIMENTA, QUADROS, 2006, p. 8).

A *direção da palma da mão* ou *direcionalidade* significa o que o nome mesmo diz, a direção que a está ao fazer o sinal. Será para cima, para baixo e para os lados. Nota-se que até aqui os parâmetros existem para que a produção dos sinais seja organizada e respeitando a finalidade de cada estrutura dos parâmetros, evidenciando que esse processo de sinalização não é aleatório.

O parâmetro *movimento* indica se o sinal terá ou não movimento e qual o tipo. Sim, tem sinais que são produzidos parados e outros não. Nos que possuem movimentos, eles podem ser de rotação, de baixo para cima ou vice e versa, circular, de fechar ou abrir. Assim como no parâmetro *movimento*, o último, *expressão não-manual* ou *expressões facial*, pode ocorrer na produção do sinal ou não. Por exemplo, ele está presente em sinais que demonstram emoções e sentimentos como o sinal que indica *tristeza* ou *alegria*. Diferente desses, ao produzir o sinal de *copo*, não necessariamente indica que precisa de usar alguma expressão facial.

Algumas pessoas dizem que ao sinalizar, usam-se muita expressão ou que os surdos e os tradutores e intérpretes são muito expressivos. Na verdade, o que ocorre é que a expressão facial é gramatical na libras e não apenas uma expressão afetiva. Portanto, nos sinais que transmitem uma ideia que é obrigatório o uso deste parâmetro, ao produzi-lo, será necessário usar. Nas línguas orais o tom de voz da pessoa indica como ela se sente ao usar determinadas palavras ou construir frases. Visto que a libras é uma língua visual espacial, esse “tom” se encontra nas expressões faciais.

Portanto, fica bem evidente que estamos falando de algo que não é aleatório, que não está subordinada a língua oral, que não é insuficiente ou que não tem estrutura. Ao contrário, estamos falando sobre uma língua bem estruturada, organizada por parâmetros e que pode produzir sentidos desde temas abstratos aos concretos sobre qualquer área. Isso tudo se dá porque estamos falando de uma língua e não mímica, e não algo que se restringe ao alfabeto manual.

Daí fica mais “fácil” compreender que, se estamos falando de uma língua falada por uma determinada comunidade, então, podemos avançar no mito de que a libras é universal. Já pensou

sobre isso? É comum as pessoas dizerem que ela deveria ser universal para “facilitar” a comunicação entre as pessoas. Mas, será que todos os países falam a mesma língua oral? Não. Se esse processo ocorre nessas línguas, por que deveria ser diferente com as língua de sinais? Portanto, cada país terá sua própria língua de sinais. Aqui no Brasil é a libras, nos Estados Unidos da América é a língua americana de sinais e assim por diante (GESSER, 2009, p. 11).

Entretanto, ao se reconhecer que cada país tem sua própria língua de sinais, no nosso caso a libras, existe a história única de que ela é a segunda língua oficial do País. Pode ser que essa fala tenha surgido para dar mais força e peso à legislação, mas acaba que a conduz para um sentido errôneo sobre o que é língua oficial e língua reconhecida.

Língua oficial se refere a língua de uma nação, de um país que caracteriza sua cultura e identidade. Ela se torna a língua obrigatória em todos os processos que ocorrem na relação entre o cidadão e o seu País (Estado). Por exemplo, no contexto educacional o ensino de língua portuguesa é obrigatório em todos os currículos formativos da educação básica, diferente do que ocorre com as outras línguas como o inglês, espanhol, italiano e a libras que não tem a obrigatoriedade. As outras línguas são inseridas nos processos formativos, mas não como obrigatórias (Labeurb, 2024).

Portanto, dizer que a libras é a segunda língua oficial no Brasil é um mito que precisa ser desmistificado. Ela é uma língua, como a própria Lei diz, “reconhecida como meio legal de comunicação e expressão” das comunidades de pessoas surdas no Brasil (BRASIL, 2002).

4 PRÁTICAS PARA ALÉM DA HISTÓRIA ÚNICA SOBRE A LIBRAS

Neste capítulo, fizemos um movimento para que seja possível compreender a língua brasileira de sinais a partir da perspectiva de uma língua. Portanto, se você está lendo esse texto, saiba que está adquirindo conhecimentos introdutórios sobre uma língua de sinais, como se estivesse lendo algo introdutório sobre uma determinada língua que deseja se aprofundar. Claro, que assim como em outras línguas, para que você alcance o nível de fluência em libras, seja para usar no cotidiano

ou profissionalmente, é necessária uma extensa formação.

Entretanto, nosso objetivo é contribuir para que os leitores utilizem caminhos diferentes das histórias únicas para compreender essa língua e consequentemente, seus falantes. Quando se tem uma perspectiva restrita sobre a libras isso é reproduzido nas relações com as pessoas surdas. Chega-se à conclusão de que são pessoas limitadas e que precisam ser dependentes dos não surdos. O potencial dessas pessoas é invisibilizado e não respeitado quando os processos deixam de lado a libras, a reduz ou a coloca como subordinada a alguma língua oral.

De que modo esse entendimento afeta como as pessoas surdas são enxergadas? Diante da defesa de que a libras é ou precisa ser igual a língua portuguesa, então define-se que a pessoa surda deveria ser como uma pessoa ouvinte. Ou seja, sua diferença linguística é anulada ao colocar a sua língua de conforto como dependente da língua das pessoas não surdas.

O conhecimento equivocado sobre a língua contribui para estereótipos de que a pessoa surda não sabe e nunca saberá o português e de que sempre será uma pessoa limitada linguisticamente e que seu desenvolvimento intelectual é mínimo. Nesta linha, não se reconhece o tradutor e intérprete de libras como o profissional, da mesma forma que os demais de outras línguas, como por exemplo, os que atuam no par linguístico língua portuguesa e língua inglesa. Naturaliza-se a compreensão do processo tradutório nas línguas orais, mas em relação a libras o entendimento é restrito ao de balançar as mãos.

Por causa do preconceito e os discursos estereotipados sobre a libras, a comunidade surda tem menos reconhecimento dos seus direitos e acesso ao atendimento de qualidade nos mais diversos espaços. O convite que fazemos é que pense e reflita possibilidades sobre como, nas atividades que realiza no seu trabalho e nas suas relações, as pessoas surdas e a libras possam fazer parte, independente do contexto. Apoie ações acessíveis e inclusivas, de modo que todos façam parte. Quando se valoriza a diversidade de culturas, línguas e pessoas, todos ganham, visto que o potencial do ser humano nas relações é ativado e condições possíveis para o acolhimento é

potencializado.

Que possamos sempre nos manter na busca de caminhos que não nos coloquem restritos a apenas as histórias únicas sobre humanos e que ao contrário disso, possamos aprender e enxergar possibilidades outras de juntos criamos nossas pequenas revoluções diárias para o cuidado de si e do outro (NOGUEIRA, 2018).

5 REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ADICHIE, C. N. Chimamanda Adichie: o perigo de uma história única. *Portal Geledés*. 2010.

Disponível em:

<<https://www.geledes.org.br/chimamanda-adichie-o-perigo-de-uma-unica-historia/>>. Acesso em: 13 maio 2024.

BRASIL. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras - e dá outras providências. 2002. Disponível em: <

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 13 maio 2024.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. 2005. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm>. Acesso em: 13 maio 2024.

GESSER, A. **Libras? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

LABEORB: **Laboratório de Estudos Urbanos** – UNICAMP. Política de línguas: língua oficial.

Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_oficial.htm>. Acesso em: 27 ago. 2024.

NOGUEIRA, Fernanda Santos Nogueira. **O intérprete educacional cosmopolita:** práticas heterotópicas na relação com a comunidade surda. 2018. 104f. Dissertação (Mestrado). Pós-graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 2018.

PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. **Curso de Libras 1**. Rio de Janeiro: LSB Vídeo, 2006.